

Palestra ‘Desafios no combate à corrupção’, com João Pedro Gebran Neto

Por volta das 15h, foi realizada a palestra ‘Desafios no combate à corrupção’, com o desembargador federal João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, relator da Operação Lava-Jato. “O Brasil vive uma crise de valores éticos, com a falência moral do Estado, corrupção e impunidade. A Lava-Jato desvelou fatos como a constituição de organizações criminosas dedicadas ao superfaturamento de obras e fraudes em financiamento de campanhas. A partir de novos paradigmas começamos a mudar a percepção de impunidade”, apontou.

A palestra contou com a mediação da promotora Ana Lara Camargo de Castro, do MPMS, além da participação de Gilberto Valente Martins, procurador-geral de Justiça do Pará e presidente do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público (GNPP/CNPG). Ele defendeu o retorno à pauta de votações do Congresso do projeto de Lei de Extinção do Domínio (PL do Senado nº 257, de 2015), que caracteriza a perda civil de bens, direitos ou valores de agentes públicos que sejam produto ou proveito de atividade ilícita, com sua transferência em favor dos entes federativos.

Especialistas falam sobre ‘Roteiros de Investigação’

A mesa seguinte, com mediação do promotor Leandro Navega, do MPRJ, teve como tema ‘Roteiros de Investigação’. O primeiro a falar foi Luciano Taques Ghignone, do MPBA. “Roteirizar a investigação é um passo fundamental para a condução dos trabalhos pelos MPs, e este é um ponto no qual, em geral, falhamos por falta de expertise. Muitas investigações se perdem diante da incapacidade de identificação de ilícitos”, descreveu.

O procurador da República Roberson Henrique Pozzobon (MPF/PR) traçou um painel das mudanças que a Lava-Jato, operação na qual atua, promoveu. “Temos um passado de sucessivos escândalos de corrupção que, após investigações, resultaram em impunidade. Mas todas serviram para trazer esperança e aprendizado, com avanços nos processos de investigação e uma verdadeira revolução na forma de se recolher provas. É vital que o MP brasileiro busque seu constante aprimoramento e estabeleça parcerias com outros órgãos, no lugar de implodir pontes”, disse.